



DataSenado aponta que 89% rejeitam liberação de drogas



June de Araújo/Agência Senado

Entre os entrevistados, 77% consideram que agressões contra homossexuais devem ser punidas, como defendeu em maio a 3ª Marcha Nacional contra a Homofobia

Pesquisa destinada a subsidiar debate sobre novo Código Penal revela também firmeza contra a homofobia, cautela sobre o aborto e desejo de mais rigor nas penas

Segundo levantamento da Secretaria de Pesquisa e Opinião Pública do Senado, que ouviu em setembro 1.232 cidadãos de 119 municípios, metade dos entrevistados quer aumentar tempo máximo de prisão e maioria defende a redução da maioridade penal. Para 85%, o abandono de animais deve ser considerado crime, e, no entender de 89%, quem violar sigilo de informações na internet deve ser punido. Sobre pagamento do direito autoral, as opiniões se dividem. A margem de erro é de 3 pontos percentuais. **3**



Gerardo Magalhães/Agência Senado

Lei Maria da Penha demanda capacitação, conclui grupo

Mais do que mudar a legislação, é preciso mudar a mentalidade de policiais, delegados, promotores e juízes para dar mais efetividade à lei que combate violência contra a mulher. Essa foi a opinião

predominante em reunião com representantes de entidades civis que elaboraram a Lei Maria da Penha. A senadora Ana Rita planeja retomar mês que vem audiências sobre o tema em todo o país. **2**

Ana Rita (E) avalia os seis anos da Lei Maria da Penha com o grupo de trabalho da CPI Mista que investiga a violência contra a mulher

Senado, Câmara e Tribunal de Contas integram ouvidorias

Decisão visa encaminhar corretamente mensagens de cidadãos que são apresentadas a um órgão, mas se referem a outro. **2**

Secretária-geral da Mesa do Senado, Cláudia Lyra (D) diz que medida respeita demandas das pessoas



Moreira Mattiz/Agência Senado

Projeto que isenta do IR o 13º salário já tem relator

Proposta de Lobão Filho está na Comissão de Assuntos Sociais e receberá parecer de Jayme Campos. **4**

Aplicação da Lei Maria da Penha enfrenta problemas, avalia Ana Rita

Policiais, delegados, promotores e juizes têm dificuldade de colocar em prática as normas de prevenção à violência contra as mulheres, segundo senadora

GRUPO DE TRABALHO da CPI mista que investiga a violência contra as mulheres reuniu ontem as entidades civis que elaboraram a Lei Maria da Penha (Lei 11.340/06) para discutir a necessidade de mudanças na legislação. Passados seis anos de vigência, a relatora da comissão, Ana Rita (PT-ES), avalia que há mais problemas na aplicação do que no conteúdo da norma.

Nas diversas audiências públicas realizadas pelo país, ficou evidenciada, segundo Ana Rita, a dificuldade de policiais, delegados, promotores e juizes colocarem em prática os comandos da Lei Maria da Penha. A promotora de Mato Grosso Lindinalva Rodrigues confirmou essa impressão, considerando mais necessário “mudar a mentalidade dos operadores do Direito” do que mudar a Lei Maria da Penha.



Ana Rita (E) anuncia que pretende retomar audiências públicas em novembro, durante reunião com grupo de trabalho

— Falta capacitação aos profissionais que têm a missão de fazer com que a lei seja implementada. É preciso assegurar punição para quem agride mulher — disse Ana Rita.

Mais verbas

A senadora citou outros problemas associados ao cumprimento da Lei Maria da Penha, como a falta de profissionais e a precariedade na estrutura física de delegacias e varas especializadas em atendimento

à mulher. A solução passa, segundo ela, pela ampliação das verbas para financiamento das ações de enfrentamento à violência contra a mulher, que devem estar previstas até no Orçamento da União.

Além de ajustes na Lei Maria da Penha, a CPI da Violência contra a Mulher está reavaliando toda a legislação em vigor e os 47 projetos de lei em tramitação na Câmara dos Deputados (36) e no Senado (11) que tratam do tema.

Paralelamente, o colegiado pretende retomar em novembro as audiências públicas promovidas pelo país.

— Temos cronograma de audiências em mais cinco estados [Rio de Janeiro, Ceará, Mato Grosso do Sul, Amazonas e Distrito Federal]. Vamos fazer mais duas audiências no Senado e, a partir disso, concluiremos o relatório, que deverá ser entregue no início de dezembro — informou Ana Rita.

Acordo integra ouvidorias do Legislativo

Mensagens para as ouvidorias do Senado, da Câmara e do Tribunal de Contas da União poderão fluir com mais facilidade. Integrantes das ouvidorias das três Casas definiram ontem formas para garantir o encaminhamento correto das manifestações, seguindo acordo de cooperação técnica assinado em maio para integração dos três órgãos.

A secretária-geral da Mesa do Senado, Claudia Lyra, explicou que muitas vezes as demandas encaminhadas a uma das ouvidorias se referem a outra Casa. Com a integração, em vez de uma resposta com orientações sobre quem procurar, o cidadão será informado do encaminhamento de sua demanda. Para ela, o processo significa respeito à demanda, que será encaminhada imediatamente ao órgão competente. Inicialmente, o encaminhamento será feito por e-mail. A parceria também deve resultar em seminários e publicações.

Mensagens à Ouvidoria do Senado podem ser encaminhadas pela internet (www.senado.leg.br/ouvidoria) ou pelo telefone 0800 612211.



Pedro França/Agência Senado

Professor, psiquiatra e psicanalista Benilton Bezerra (à direita na foto, ao lado do embaixador Jerônimo Moscardo) apresentou ontem a palestra “Identidade e vida subjetiva: como é ser sujeito no Brasil”. Ele abriu o segundo ciclo de debates do Fórum Senado Brasil 2012, que tem como tema “Brasil: construção permanente”.

Bezerra avaliou os desafios do país para eliminar as desigualdades sociais. O evento, no Auditório do Interlegis, é aberto ao público. As inscrições, gratuitas, podem ser feitas em www.senado.leg.br/forumsenado. Hoje, às 18h30, o historiador Francisco Carlos Teixeira falará sobre o tema “Brasil, tempo presente”.

AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaSenado>



PLENÁRIO: Discursos

14h Na sessão de hoje não haverá votação de projetos. O período em Plenário será destinado a pronunciamentos de senadores.

FÓRUM: Historiador fala sobre “Brasil, tempo presente”

18h30 O segundo ciclo de debates do Fórum Senado Brasil 2012, com o tema “Brasil: construção permanente”, oferece hoje palestra com o especialista em história social do Brasil Francisco Carlos Teixeira sobre o tema “Brasil, tempo presente”.

SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>

Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>

TV SENADO

A TV Senado transmite a partir das 14h, segundo prioridade estabelecida pelo Regimento Interno e pelo Ato 21/09 da Comissão Diretora, a **sessão plenária**. As reuniões realizadas pelas comissões podem ser acompanhadas ao vivo pela internet (www.senado.leg.br/tv) e, em Brasília, pela TV Senado Digital, nos canais 51.1 a 51.4.

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney
Primeiro-vice-presidente: Anibal Diniz
Segundo-vice-presidente: Waldemir Moka
Primeiro-secretário: Cícero Lucena
Segundo-secretário: João Ribeiro
Terceiro-secretário: João Vicente Claudino
Quarto-secretário: Ciro Nogueira
Suplentes de secretário: Casildo Maldaner, João Durval, Maria do Carmo Alves e Vanessa Grazziotin

Diretora-geral: Doris Peixoto
Secretária-geral da Mesa: Claudia Lyra

SECRETARIA ESPECIAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor: Fernando Cesar Mesquita
Diretor de Jornalismo: Davi Emerich

AGÊNCIA SENADO

Diretor: Mikhail Lopes (61) 3303-3327
Chefia de Reportagem: Teresa Cardoso e Milena Galdino
Edição: Ester Monteiro, Nelson Oliveira e Rodrigo Chia
Site: www.senado.leg.br/noticias

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Diretor: Eduardo Leão (61) 3303-3333
Editor-chefe: Flávio Faria
Editores: Juliana Steck, Marcio Maturana, Ricardo Westin e Silvio Burl
Diagramação: Iracema F. da Silva e Ronaldo Alves
Revisão: André Falcão, Fernanda Vidigal, Juliana Rebelo, Pedro Pincer e Tatiana Beltrão
Coordenação de fotografia: Paula Cinquetti
Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino
Arte: Cássio S. Costa, Claudio Portella e Diego Jimenez
Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso (61) 3303-3333

Pesquisa sobre temas ligados ao Código Penal, que está em debate no Senado, também revela o que pensa o brasileiro sobre assuntos como aborto, homofobia e tamanho das penas

DataSenado: cidadão rejeita liberação de drogas

UM AMPLO RETRATO da opinião pública brasileira sobre temas ligados ao Código Penal emerge de pesquisa nacional realizada em setembro pelo DataSenado, órgão ligado à Secretaria de Pesquisa e Opinião Pública da Casa.

Feito a partir de entrevistas por telefone com 1.232 cidadãos de 119 municípios, e com margem de erro de 3 pontos percentuais, o levantamento revelou, por exemplo, cautela quanto à liberação das drogas e do aborto, firmeza contra a homofobia e desejo de mais rigor na aplicação de penas.

O objetivo da pesquisa foi subsidiar os senadores na discussão do Projeto de Lei do Senado (PLS) 236/12, que trata da reforma do Código Penal e está em análise em uma comissão especial presidida pelo senador Eunício Oliveira (PMDB-CE). O texto foi elaborado por um grupo de juristas e entregue ao presidente da Casa, José Sarney, que convocou os especialistas por sugestão do senador Pedro Taques (PDT-MT).

Sobre o sistema penal, 36% querem aumentar de 30 para 50 anos o tempo máximo de prisão, e a maioria apoia diminuir a idade a partir da qual um indivíduo pode ser imputado criminalmente. A redução de pena para os que trabalham na prisão foi defendida por 70%. Mas esse benefício com base no bom comportamento do preso não foi consensual, sendo apoiado por 55% e desaprovado por 41%.

No caso da maioridade penal, 35% se disseram favoráveis a reduzi-la de 18 para 16 anos. O percentual de favoráveis à maioridade a partir dos 14 anos foi de 18%. Na opinião de 16%, uma criança de 12 anos deve receber a mesma condenação de um adulto. Outros 20% responderam que a pena deve ser a mesma para qualquer idade. O segmento das mulheres foi majoritário na defesa de idade menor para a sanção penal.

Drogas e aborto

A pesquisa também mostra que 89% dos brasileiros são contra a liberação do uso de drogas, uma das inovações em exame. O levantamento do DataSenado indica, da mesma forma, postura restritiva em relação ao aborto. Para 82% dos entrevistados, deve ser mantida na lei a proibição do aborto no caso de gravidez indesejada. Mas, em situações como a do estupro e a de risco de vida para a mulher, 78% e 74% aprovaram o procedimento, respectivamente.

Também há aprovação do aborto nos casos de anencefalia do bebê (64%) ou quando a gravidez traz risco de saúde para a mulher (62%).

Já a ortotanásia — limitação ou suspensão de tratamentos que prolonguem a vida de um paciente em estado terminal — dividiu opiniões. Dos entrevistados, 49% a apoiaram e 48% foram contra.

Preconceito

A discriminação e o preconceito também devem ser criminalizados, de acordo com a pesquisa. Para 85% dos entrevistados, tratar mal uma pessoa por ela ser estrangeira ou de outra região do país deve ser crime. Quanto à homossexualidade, 77% acham que a homofobia deve ser punida.

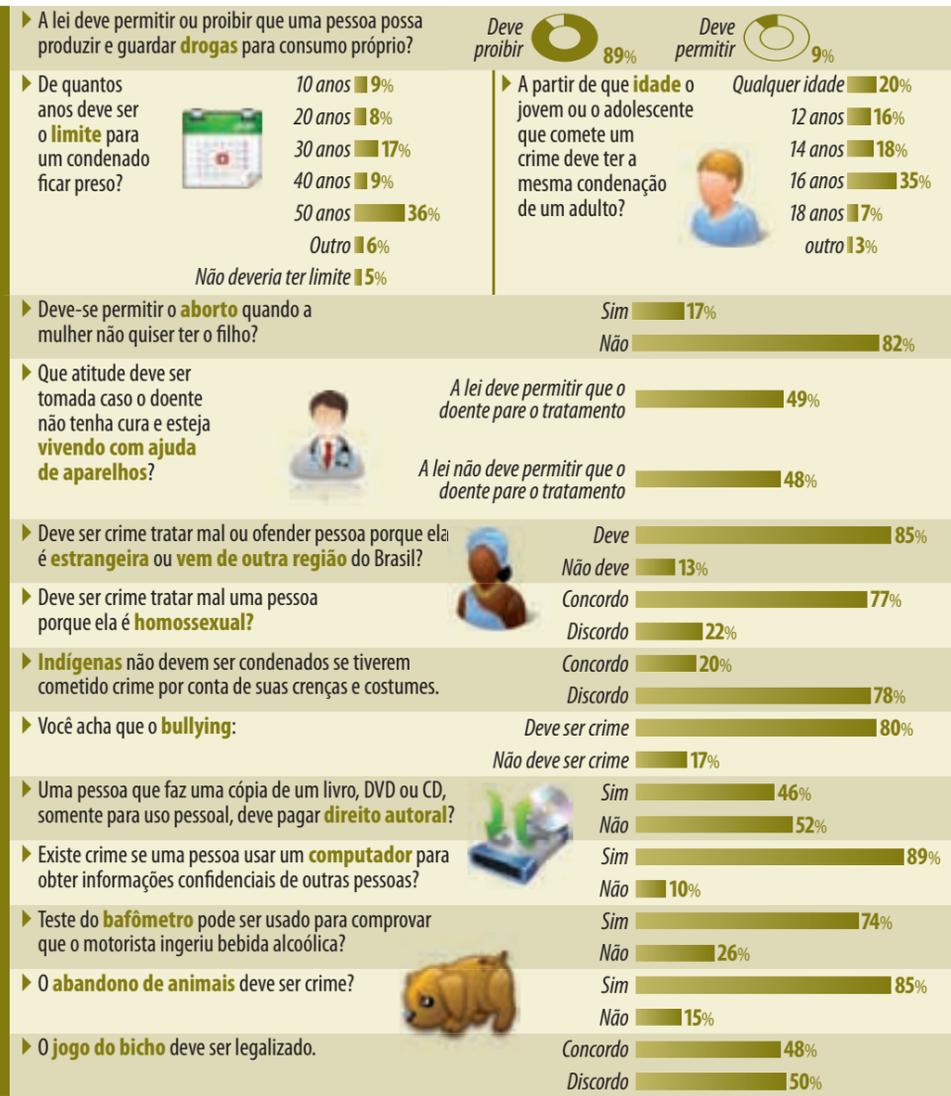
Também foram maioria (quase 80%) os que discordaram que os indígenas sejam inimizáveis. Ou seja, que não recebam penas quando, agindo em acordo com seus costumes e crenças, praticam ato tipificado como crime na legislação do país.

Crime virtual

A pesquisa desvela ainda o ponto de vista dos brasileiros sobre práticas, antigas e recentes, em relação às quais a lei é omissa ou vaga. Para 85%, o abandono de animais deve ser considerado ilegal. A atividade do cambista deve ser punida, segundo 70%. E no entender de 89%, quem violar o sigilo de informações na internet deve ser incriminado.

O pagamento do direito autoral, mesmo sem objetivo de lucro, é outro tema que divide opiniões. Para 52% dos consultados, deveria ser permitida a cópia de livro, CD ou DVD somente para uso pessoal. Para 46%, o direito deve ser remunerado para qualquer uso da cópia. Os mais jovens apoiaram em sua maioria o não pagamento de direito para cópia de uso pessoal.

Opinião nacional



Fonte: DataSenado



Apresentação de várias etnias durante a Rio+20: quase 80% dos entrevistados são contra a inimputabilidade de índios

Marcello Casali/ABR



José Sarney discursa durante ato de entrega do anteprojeto do novo Código Penal elaborado por juristas e agora analisado em comissão especial do Senado

José Cruz/Agência Senado

Jayme é escolhido relator de texto que deixa 13º livre do IR

Projeto de lei foi apresentado neste ano por Lobão Filho e está na Comissão de Assuntos Sociais. Se for aprovado lá, será votado de forma terminativa na Comissão de Assuntos Econômicos

O PRESIDENTE DA Comissão de Assuntos Sociais (CAS), Jayme Campos (DEM-MT), assumiu a relatoria do projeto de lei que isenta o 13º salário do Imposto de Renda (IR) das pessoas físicas (PLS 266/12).

A proposta é do senador Lobão Filho (PMDB-MA). Depois de aprovada na CAS, será encaminhada para a Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), onde terá decisão terminativa (não precisará ir para o Plenário do Senado).

Na avaliação do autor, a lei que trata do IR tem “distorções” — a incidência do imposto é feita na fonte com aplicação das mesmas alíquotas da tabela progressiva, o que não permite que o 13º receba abatimentos e deduções; assim, o desconto se faz por alíquotas mais altas.

Para Lobão Filho, o 13º salário é importante tanto para o trabalhador quanto para a economia. Ao justificar a proposta, ele explicou que esse recurso dinamiza o mercado, atua com significativa função social e contribui para a redistribuição de renda.

O adicional de recursos, acrescentou, gera movimento



Jayme Campos, presidente da CAS e relator do projeto sobre o 13º



Lobão Filho, autor da proposta que isenta do IR a gratificação natalina

de compras de fim de ano, insere os trabalhadores no mercado de consumo e contribui para a formação de poupança para socorrer o cidadão em momentos de endividamento ou excesso de despesas, como as de educação no início do ano.

A isenção, disse Lobão Filho, beneficiará os trabalhadores sem afetar o Orçamento do governo, já que a parcela dispensada retornará aos cofres públicos sob a forma de tributos incidentes sobre o

consumo, como o Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) e as contribuições para os programas de Integração Social (PIS) e de Formação do Patrimônio do Servidor Público (Pasep), bem como para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins).

“Ao aumentar o consumo, estará sendo dado formidável impulso aos setores produtivos, aumentando a geração de empregos e a circulação de bens, serviços e renda”, afirma.

Folha de Boa Vista recebe homenagem de Ângela Portela

Ângela Portela (PT-RR) homenageou o jornal *Folha de Boa Vista*, que completa 29 anos de circulação.

— Este veículo tem feito um jornalismo investigativo, crítico e apartidário — afirmou.

A senadora lembrou que o jornal surgiu em 1983, em meio à ditadura, numa época em que Roraima era ainda território federal. As dificuldades eram muitas, segundo ela, e começavam pela impressão, realizada em Manaus. Segundo Ângela, a *Folha de Boa Vista* alcança 90% dos leitores de Roraima e pertence a um grupo de comunicação “imparcial e corajoso”, que assegura a pluralidade de ideias e opiniões.



Senadora ressalta imparcialidade do periódico, lançado em 1983



Tribunal foi o primeiro colocado em ranking de desempenho, diz Cyro

Cyro Miranda elogia TRT de Goiás por cumprimento de prazos

O Tribunal do Trabalho da 18ª Região, com sede em Goiânia, conquistou a primeira colocação entre os tribunais trabalhistas do país no ranking do Índice de Desempenho da Justiça (IDJus), anunciou Cyro Miranda (PSDB-GO).

— Quero parabenizar não só o colegiado de juízes, mas todos os servidores do TRT. O cumprimento dos prazos legais faz com que a 18ª Região tenha a menor taxa geral de congestionamento da Justiça do Trabalho brasileira — elogiou.

No ranking, o TRT da 18ª Região alcançou 68,5 pontos, quase 4 pontos à frente do segundo colocado, o TRT de Minas Gerais. O TRT do Rio de Janeiro ficou em terceiro, com 60,1 pontos.

Mozarildo quer solução para rodovia que liga Porto Velho a Manaus

Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) pediu ontem uma solução do governo para a conclusão da rodovia BR-319, que liga Porto Velho a Manaus. Segundo o senador, nos últimos dez anos o Ministério dos Transportes injetou quase meio bilhão de reais na reconstrução, mas o licenciamento ambiental não foi liberado pelo Ibama.

Mozarildo pediu realização de audiência pública na Subcomissão Permanente da Amazônia e da Faixa de Fronteira, da qual é presidente, com representantes do Ministério dos Transportes, do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes e governadores da região.



Segundo o senador, obra milionária depende de licenciamento do Ibama

Cidinho teme perdas no Fundo de Participação dos Estados

Cidinho Santos (PR-MT) saudou a iniciativa do Senado de rever o pacto federativo. Ele destacou a urgência de novos critérios de distribuição do Fundo de Participação dos Estados (FPE) e sugeriu o tamanho do bolo”. Em seu cálculo, Mato Grosso perderá 10% da arrecadação.

— Não há Federação forte se os membros estão em guerra fiscal.

O senador lembrou que, em 2010, o Supremo Tribunal Federal considerou inconstitucional o coeficiente fixo para distribuição dos recursos e determinou que até o fim de 2012 o Congresso fixasse outro critério. Mas Cidinho frisou que não há como “aumentar

o tamanho do bolo”. Em seu cálculo, Mato Grosso perderá 10% da arrecadação. — Geraria uma situação dramática, com impactos irreversíveis na saúde, na educação, na gestão das contas públicas.



O senador também demonstrou preocupação com a flutuação na arrecadação do Imposto de Renda e do IPI, principais fontes do FPE.

Ele classificou como grave retrocesso a proposta da Súmula Vinculante 69/12, destinada a suspender as leis estaduais que concedem incentivos que não tenham sido aprovados por unanimidade pelo Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz).

Souza aponta despartidarização e personalização das eleições

O Congresso precisa dar celeridade à reforma política, “sob pena de extinção dos partidos”, alertou Sérgio Souza (PMDB-PR). O senador lamentou a despartidarização e a personalização das eleições.

— As campanhas eleitorais transformam o candidato em produto de marketing em detrimento de propostas consistentes — disse.



— O PMDB acabou entregue a grupos políticos que não são de peemedebistas “natos” — avaliou. O senador propôs aos correligionários um debate para reformular o PMDB.

Como um dos reflexos do problema, Souza citou a redução no número de prefeitos e vereadores eleitos pelo PMDB no Paraná. Enquanto em 2008 foram 136 prefeitos, no primeiro turno deste ano foram

56, e o partido não concorre ao segundo turno em nenhum município paranaense. De acordo com Souza, a sigla encolheu 60% no estado devido ao baixo índice de candidaturas próprias.

Tomás: produção legislativa do Executivo ameaça democracia

Tomás Correia (PMDB-RO) criticou a predominância do Executivo na tarefa de legislar. A prática, para ele, ameaça a democracia e contraria o princípio constitucional da harmonia e independência entre os Poderes.

De todas as leis aprovadas nos últimos 15 anos, assinalou o senador, 1.871 partiram do Executivo: 1.169 de projetos de lei e 702 de medidas provisórias (MPs). No mesmo período, as leis de iniciativa do Legislativo limitaram-se a 970.

Para ele, isso demonstra que o Executivo ultrapassou “em muito” o Poder Legislativo como indutor de normas jurídicas, criando uma grave

situação do ponto de vista democrático e constitucional.

Tomás reconheceu que a sociedade moderna exige rapidez e eficiência na tomada de decisões, com a ampliação da área de atuação do governo federal, mas observou que isso não deveria significar o “esmagamento” do papel do Legislativo.



Ele considera que o crescimento desmesurado do Executivo, sem um sistema

de freios e contrapesos, põe em risco os fundamentos básicos do regime democrático. Segundo ele, o uso de MPs, muitas vezes sem preencher requisitos de urgência e relevância, demonstra a tendência hegemônica do governo.